

## **7. Autoridade Marítima Nacional**

### **a) Introdução**

Esta síntese identifica as atividades realizadas na Autoridade Marítima Nacional (AMN) no âmbito da Direção-Geral da Autoridade Marítima e do Comando-Geral da Polícia Marítima (DGAM/CGPM) durante o ano de 2014.

O desenvolvimento do plano de atividades da DGAM/CGPM para 2014 decorreu de forma a alcançar os objetivos estratégicos resultantes da Diretiva de Política Naval (DPN 11) e da Diretiva Setorial da DGAM/CGPM.

A abordagem holística do mar visa identificar as relações entre os diversos órgãos e serviços das diferentes tutelas que têm responsabilidades naquele âmbito. No que respeita à sua dimensão funcional de administração marítima, e decorrente da reestruturação no âmbito das tutelas do Mar e dos Transportes Marítimos, que implicou a extinção do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM, IP), e da Direção-Geral de Pescas, e criação da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e pela Direção-Geral da Política do Mar (DGPM), assistiu-se à progressiva solidificação das respetivas estruturas, mantendo-se, em termos institucionais, os processos de cooperação com os órgãos e serviços da AMN que existiam antes com as anteriores entidades técnicas, sendo expectável um crescendo na articulação interdepartamental. Neste contexto, e não obstante existir alguma noção de que, em termos de unidade institucional, se terá perdido a centralidade orgânica que, em matéria de *Flag State Control* e de *Port State Control*, antes existia em âmbito do IPTM, IP, as estruturas da Secretaria de Estado do Mar (SEM) estão, já, em processo de total sedimentação funcional, do qual resultarão benefícios evidentes para o quadro de cooperação com a AMN, e seus órgãos, em especial, as Capitánias dos Portos. Em 2014, prosseguiu uma cooperação coerente e adequada entre a AMN e as novas estruturas da SEM, existindo já uma articulação funcional significativa da qual têm decorrido resultados objetivos e frutíferos.

O mesmo ocorreu com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), prossequindo a cooperação funcional que já se havia construído, anteriormente, entre a AMN, o INAG e as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), sobretudo em matéria de ordenamento e gestão balnear, construções abusivas em espaços do Domínio Público Marítimo (DPM), procedimentos concursais quanto a concessões e licenciamentos de estruturas amovíveis em espaços balneares, fiscalização de recursos, delimitação de terrenos privados com o DPM e, no aplicável, ocorrências de poluição marítima, tendo-se, inclusive, concebido e produzido trabalhos legislativos conjuntos no âmbito do registo patrimonial marítimo de embarcações a operar em águas interiores sob jurisdição da APA (na ordem das 700), e mudança do paradigma contraordenacional – e instrução processual – dos autos por ilícitos praticados por estacionamento em espaços indevidos do Domínio Público Marítimo (DPM), diploma que ainda aguarda a necessária validação governamental das tutelas da DGAM e da APA.

A publicação da Lei n.º 68/2004, de 29 de agosto, veio introduzir alterações substanciais no Decreto-lei n.º 118/2008, de 10 de junho, na definição do regime jurídico do exercício da atividade do nadador-salvador, bem como o seu estatuto, definindo as novas categorias de nadadores salvadores profissionais, os dispositivos de

segurança a implementar e nova obrigatoriedade nas piscinas de uso público de existir vigilância por pessoal qualificado em nadador-salvador.

## b) Atividades desenvolvidas

### (1) Assegurar o salvamento marítimo, socorros a náufragos e assistência a banhistas (DGAM-D1)

Esta atividade visou desenvolver as capacidades, as competências e o dispositivo do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), por forma a obter-se racionalidade e eficácia na prestação desse serviço de interesse público.

TIPOLOGIA	N.º acções
<b>Salvamento Marítimo</b>	
<b>N.º total de saídas dos salva-vidas</b>	2.238
<b>N.º de saídas de Socorro</b>	361
<b>N.º de embarcações assistidas</b>	72
<b>N.º de pessoas assistidas</b>	389
<b>N.º de embarcações resgatadas</b>	12
<b>N.º de vidas salvas</b>	50
<b>Assistência a Banhistas</b>	
<b>Salvamentos efetuados por nadadores salvadores em praias vigiadas</b>	472
<b>Assistência/salvamentos a banhistas realizados com 28 viaturas do projeto AMAROK cedidas pela SIVA:</b>	
Salvamentos	127
Assistências de 1.ºs socorros	462
Crianças perdidas nas praias	71
<b>Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 15 motos 4x4 e tipo GOES doadas pela Vodafone</b>	
Salvamentos	43
Assistências de 1.ºs socorros	387
Crianças perdidas nas praias	49
<b>Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 7 motos de salvamento marítimo doadas pela Vodafone</b>	
Salvamentos	19
<b>Mortalidade por parte dos banhistas na prática balnear durante o período estipulado pela Portaria n.º 267/2010, de 16ABR:</b>	
Praias vigiadas marítimas	1
Praias não vigiadas marítimas	6
Praias vigiadas fluviais	0
Praias não vigiadas fluviais	0
Número total	7

**Quadro 7.1 – Salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas**

(2) Assegurar as adequadas capacidades para o assinalamento e posicionamento marítimo (DGAM-D2)

Esta atividade foi assegurada pela Direção de Faróis (DF), visando desenvolver as capacidades e as competências do seu dispositivo, por forma a melhor cumprir a missão que lhe está cometida no âmbito do assinalamento e posicionamento marítimo.

Além das atividades relevantes expressas no Quadro 7.5, no âmbito da área técnica, foram executadas múltiplas ações de substituição e alteração dos sistemas iluminantes de faróis, farolins e bóias, para garante da melhoria dos respetivos alcances e visibilidade, a implementação de soluções conducentes à redução dos consumos energéticos, a implementação de soluções para melhoria do controlo e monitorização dos dispositivos de sinalização e das estações da rede nacional DGPS, para além da continuação do programa de remodelação total das instalações de proteção de todos os faróis contra as descargas atmosféricas, com extensão estimada até ao final de 2015.

Ao nível de Infraestruturas, realizaram-se diversas ações de manutenção nos faróis e infraestruturas anexas do continente e ilhas, procurando-se consolidar o conceito de intervenção ao nível do 1.º e 2.º escalão de manutenção, com redução significativa das intervenções ao nível do 3.º escalão, permitindo garantir ganhos significativos em termos de economias de escala. Em outubro ocorreu a junção da área oficial do ISN e da DF, dando continuidade ao processo de criação do Serviço de Apoio Oficial da AMN.

Foi dado cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito da prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo portuário, no âmbito dos protocolos estabelecidos com as administrações portuárias e outras entidades, sendo de realçar que, fruto da extinção do IPTM, IP, foi celebrado um novo protocolo com a Docapesca, S.A. e renegociado o protocolo existente com a Administração dos Portos de Sines e do Algarve. Foi iniciada a execução do projeto de assinalamento marítimo costeiro da Republica de Angola, tendo sido efetuado o reconhecimento de toda a costa angolana, do Namibe a Cabinda

A Direção de Faróis foi eleita para o conselho diretivo da "*International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities*" (IALA), cargo que vai desempenhar no quadriénio 2014/2018. Foi ainda garantida a participação em diversas reuniões e painéis, com intervenção ativa na definição da regulamentação internacional inerente ao assinalamento e posicionamento marítimo, nomeadamente no comité de ajudas à navegação e no comité de engenharia, preservação e ambiente.

(3) Assegurar as adequadas capacidades para combate à poluição do mar (DGAM-D3)

Esta atividade é assegurada pela Direção do Combate à Poluição do Mar, sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica relativos à vigilância e combate à poluição do mar, bem como pela coordenação e desenvolvimento de operações tendentes ao combate à poluição através, nomeadamente, da ativação do Centro Nacional de Coordenação Operacional, quando

necessário, e da direção superior das ações dos Destacamentos de Intervenção, quando constituídos. Em 2014 ocorreram alguns episódios de poluição do mar com relevo e no qual a DCPM interveio diretamente, como no caso do derrame do Arsenal do Alfeite, que ocorreu em dezembro.

Realça-se o tratamento de 55 derrames e/ou potenciais derrames, dos quais 20 *Polution Report* (36,6%), 27 alertas do sistema em operação na *EMSA CLEANSEANET* (CSN) (47,09 %), relativos a outros tantos potenciais episódios de poluição do mar, que ocorreram no espaço marítimo português.

Dos 27 potenciais derrames registados pelo sistema CSN em águas sob jurisdição portuguesa, 26 (96,30 %) não foram verificados nem confirmados, 1 (3,70%) foi verificado, confirmando-se à posteriori como sendo hidrocarboneto.

Realizaram-se dois (02) treinos operacionais internos, executados na Base Logística Nacional em Troia, ambos com a duração de uma semana. Estes treinos, envolveram todo o pessoal da DCPM e a maioria dos equipamentos entre as quais se destacam a UAM "Vazante", o Centro Operacional Móvel da DCPM e a Unidade de Controlo Ambiental. De igual forma, procedeu-se à realização de treinos internos de periodicidade quinzenal, que envolveram todo o pessoal e a maioria dos equipamentos existentes na Base Logística de Lisboa (vertente hidrocarbonetos, HNS e comunicações). Foi efetuado acompanhamento, como observador, em seis exercícios de combate à poluição do mar, no domínio público marítimo da área de jurisdição dos Departamentos Marítimos do Sul (1) e do Norte (2) e no estrangeiro (3), nomeadamente na Argélia, Letónia e Marrocos.

Foram elaborados pareceres técnicos, relativos ao licenciamento na área de jurisdição do Departamento Marítimo do Sul, relativamente a atividades de perfuração para a pesquisa de gás na costa algarvia e na área do Departamento Marítimo do Centro, para atividades de "bunkering" e para manutenção e limpeza da doca da caldeirinha em Lisboa.

(4) Assegurar as adequadas capacidades para a Segurança Nacional externa/interna - Defesa Civil - Policiamento Marítimo (DGAM-D4)

Esta atividade é assegurada pela Polícia Marítima (PM), que é uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas matérias e espaços legalmente atribuídas ao Sistema de Autoridade Marítima, e composta por militares da Marinha e agentes militarizados. Durante o ano de 2014 foram executadas 101.502 missões nos espaços de atuação operacional da Polícia Marítima, das quais 46.433 na área portuária, 9.965 no âmbito da pesca, 4.510 no âmbito da náutica de recreio, 10.579 a navios e embarcações, 27.018 no domínio público marítimo e 2.997 noutros âmbitos. Foram ainda efetuadas 23.580 visitas de entrada e saída a navios. No que concerne a contraordenações, foram elaborados um total de 5.808 autos, relativos a ilícitos ocorridos nos espaços de jurisdição dos Comandos Locais da Polícia Marítima. Destes, de destacar os 2.020 registados no âmbito da fiscalização das pescas, 1.550 ocorridos no domínio público marítimo e 1.571 de outro âmbito. Relativamente aos ilícitos criminais registaram-se 996 crimes, dos quais 631 contra o património, de onde se destacam os 145 furtos em embarcações, 81 furtos em edifícios comerciais e 71 furtos de motor de embarcação. Quanto aos crimes contra as pessoas foram apurados

298 ocorrências, das quais 108 crimes contra a vida e 71 crimes de ofensa à integridade física. Nas restantes categorias de crimes foram registados 23 crimes previstos em legislação especial, 29 crimes contra a vida em sociedade, 13 crimes contra o estado e 2 crimes contra identidade cultural e a integridade pessoal. No âmbito do combate ao tráfico de drogas, releva-se a apreensão de 69 quilogramas de haxixe e de 4 quilogramas de cocaína, bem como a detenção de dois indivíduos e a identificação de outros quinze, por posse de produto estupefaciente em quantidades superiores aos quantitativos máximos previstos para uma dose média individual diária.

Em termos operacionais, foram realizadas 274 operações conjuntas com diversas entidades que permitiram o combate a ilícitos criminais e contraordenacionais praticados nos espaços de jurisdição dos comandos locais da PM.

O Grupo de Mergulho Forense da PM (GMF), no âmbito da sua atividade operacional específica realizou 29 missões: 11 buscas para recuperação de cadáveres, 2 buscas de âmbito forense, 1 investigação subaquática de apoio a outras entidades, 4 trabalhos de salvação marítima/vistorias subaquáticas, 1 intervenção de apoio à fiscalização, 2 ações de apoio a inspetores das pescas, 2 ações de prevenção no âmbito do dispositivo de segurança a eventos desportivo, 2 buscas para recuperação de armas/explosivos e 1 intervenção de mergulho necessária à prossecução dos fins da PM. Uma equipa do GMF sediada no Continente conduziu durante o ano de 2014, uma auditoria inspetiva de ordem técnica à equipa do GMF sediada nos Açores.

No âmbito do programa FRONTEx, e no que diz respeito ao controlo das fronteiras marítimas, foram em 2014, empenhados meios operacionais da AMN em diversas operações no Algarve e na Madeira, de onde se releva 4.052 horas de empenhamento, 4.650 embarcações fiscalizadas e 12.011 pessoas de diversas nacionalidades identificadas.

No âmbito da cooperação internacional, de referir a participação da PM nos exercícios, "*STEADFAST INDICATOR*" (Roménia) e "*STEADFAST ILLUSON*" (Portugal) cujo propósito foi o adestramento e manutenção da capacidade HUMINT e de contra-informação. No âmbito da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da EU, a PM integrou a "*Operação Poseidon Sea 2013*" no período de 01 até 30 abril de 2014 e a "*Operação Poseidon Sea 2014*" de 01 novembro 2014 até 28 de fevereiro de 2015. Operações que decorreram no mar Egeu, com o objetivo de cooperar no controlo e vigilância das fronteiras marítimas Gregas no Combate a imigração Ilegal proveniente do Egipto e da costa ocidental turca, com destino à Europa. Nestas operações participam para além da Grécia, mais 17 estados membros da EU, 2 países terceiros (Albânia e Ucrânia) como observadores e diversas organizações europeias como a EUROPOL, EMSA entre outras.

(5) Promover o acompanhamento das iniciativas nos domínios afetos à Segurança Marítima (DGAM-D5)

Esta atividade é assegurada pela Direção Técnica, sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica que, no âmbito da DGAM, devam ser desenvolvidos em matéria de fiscalização das águas sob jurisdição marítima nacional e áreas integrantes do domínio público marítimo, bem como a vigilância, segurança da navegação, preservação dos recursos vivos e proteção do meio marinho.

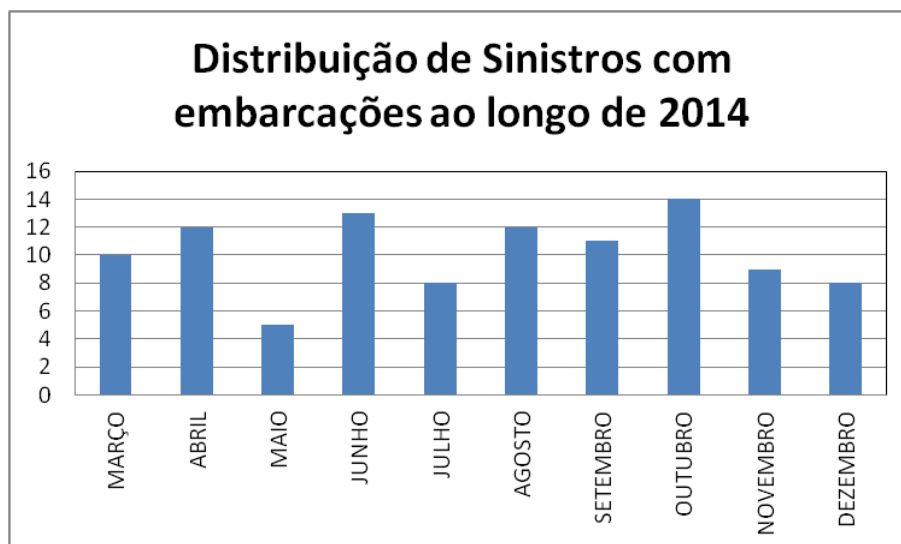
Enquanto agente de proteção civil, de acordo com a Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), a AMN tem assento na Comissão Nacional de Proteção Civil, onde é representada pelo Diretor-geral da Autoridade Marítima. Durante o ano de 2014, a Comissão Nacional de Proteção Civil reuniu, ordinariamente duas vezes e extraordinariamente três vezes, sob a presidência do Ministro da Administração Interna ou do Secretário de Estado com a tutela da Proteção civil, tendo sido aprovados 17 planos municipais de emergência de proteção civil dos municípios com território adjacente ao espaço de jurisdição marítima da responsabilidade das Capitania dos Portos.

Foram apreciados planos de emergência externa no contexto da diretiva Seveso II, para a instalações industriais perigosas que se localizam junto ao DPM, em particular o do concelho do Barreiro, cujo território é adjacente ao espaço de jurisdição marítima da Capitania do Porto de Lisboa, correspondente aos terminais portuários situados no rio Tejo.

No âmbito do Sistema internacional de alerta de tsunamis do Atlântico Nordeste, mediterrâneo e mares conexos, a AMN participou num exercício internacional que envolveu todas as Capitania dos Portos a nível nacional (*Tsunami Warning and Communication Exercise for the North-Eastern Atlantic, the Mediterranean, and Connected Seas Region 28–30 October 2014*).

Durante o ano de 2014 a AMN continuou a apoiar as operações de *scooping*, no âmbito do combate aos incêndios florestais, em particular no Rio Douro e nos estuários dos rios localizados na região norte do País.

O quadro seguinte apresenta informação sobre sinistros marítimos e costeiros ocorridos durante o ano de 2014, verificando-se, relativamente a 2013, uma redução do número de sinistros com embarcações.

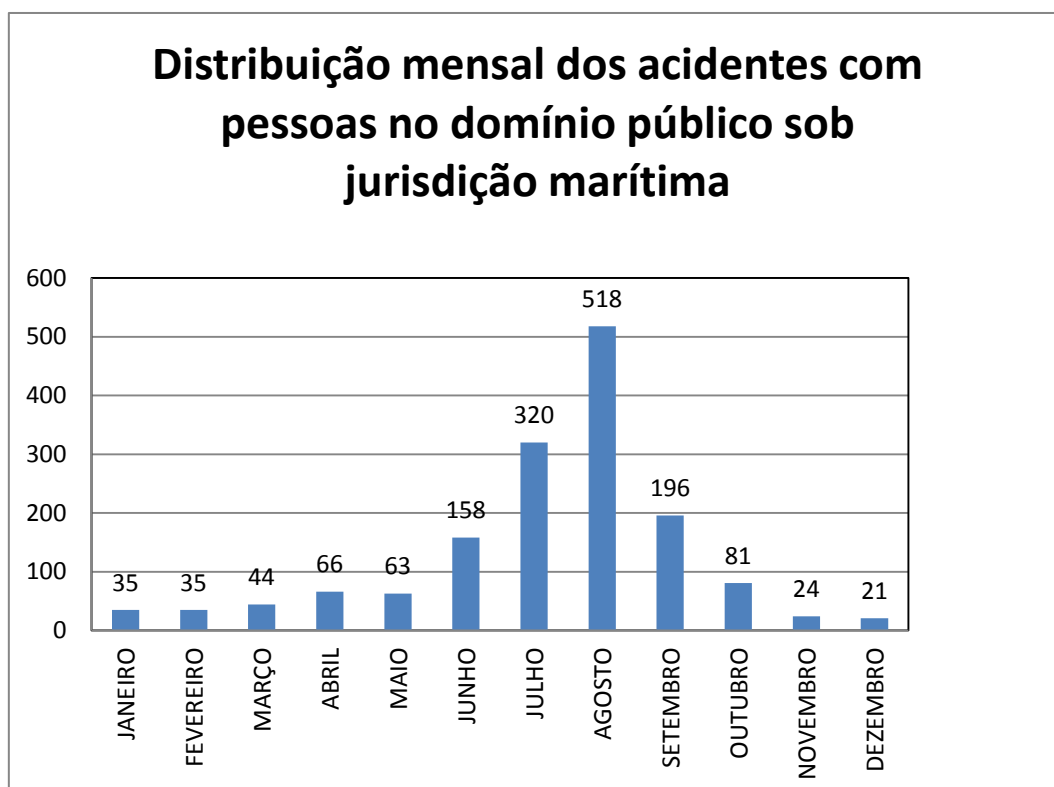


Quadro 7.2 - Distribuição dos sinistros com embarcações ao longo de 2014



**Quadro 7.3 - Distribuição dos sinistros por tipo de embarcação em 2014**

Dos dois gráficos acima é possível concluir que o maior número de sinistros se verifica no segmento de embarcações de recreio, cuja prática é intensificada na época balnear, sendo, no entanto, de gravidade reduzida.



**Quadro 7.4 - Distribuição dos acidentes com pessoas no Domínio Público Marítimo ao longo de 2014**

Os acidentes com pessoas no DPM totalizaram 1.561 o que se traduz num aumento em relação aos 1.334 de 2013, sendo que mais de metade destes acidentes se verificaram durante a época balnear.

(6) Edificar, sustentar e manter as capacidades da logística estrutural, genética e operacional da Autoridade Marítima (DGAM-D6)

Esta atividade, de execução transversal a diversos serviços, é assegurada maioritariamente pela Direção de Administração Financeira e Logística (DAFL), responsável por desenvolver as ações de planeamento, coordenação e execução e de gestão financeira e patrimonial de acordo com os objetivos e fontes de financiamento superiormente definidas, bem como a planificação de toda a atividade logística. Em 2014, salienta-se a conclusão da adaptação dos alojamentos para o pessoal da Capitania do Porto / Comando Local da PM de Sines, edificação do espaço oficial da AMN na DF, beneficiação da Capitania do Porto de Leixões, adaptação de espaço dedicado ao Comando Local da PM de Olhão, beneficiação da ESV de Santa Maria, beneficiação da ESV da Ericeira, beneficiação de dois apartamentos do Bloco residencial nº 2 na Horta (Ex-ERNH), substituição da cobertura das residências do Farol de Sines e beneficiação do Farol da Ponta da Garça, entre outras.

No âmbito do apetrechamento realça-se a aquisição de uma câmara de imagem térmica para a S/R Arade, de um carro berço para a ESV da Ericeira, de diversos motores fora de borda de diversas potências para os órgãos e serviços da DGAM, de três motos de água de circuito fechado para o ISN, equipamento e fardamento operacional para o GAT-PM, apetrechamento do Gabinete de Imagem e Ralações Públicas da AMN e do Comando Local da PM de Olhão. Relativamente ao Grupo de Mergulho Forense, foi adquirido um atrelado para a embarcação afeta ao cumprimento das missões.

É de realçar ainda o investimento realizado, por via da dotação atribuída na fonte de financiamento LPM, na edificação da componente de comando e controlo no âmbito do combate à poluição do mar, incrementando a capacidade operacional da DCPM, procedendo-se à conclusão da edificação da componente HNS, com a aquisição de diverso equipamento dedicado para equipar o contentor de catástrofes.

No prosseguimento duma política de renovação e modernização dos meios afetos à AMN, foram em 2014, objeto de reparação a S/R "Lajes", a S/R "33" e a S/R "Arade", entre muitas outras. Concretizaram-se ainda reparações importantes na UAM do salvamento marítimo "N. Senhora dos Navegantes", da UAM "Enchente" afeta ao combate à poluição do mar e nas UAM "Macaréu", UAM "Tejo" e UAM "Nortada".

Fazendo uma referência à atividade inspetiva no âmbito da AMN, durante o ano de 2014, a nível central, foram efetuadas, de acordo com o plano aprovado, inspeções às CP de Lagos, Nazaré, Cascais, Angra, Praia da Victoria, Porto Santo, e às Delegações Marítimas da Vila Fraca de Xira, Barreiro, Sagres, Ericeira e Albufeira. Todas as inspeções tiveram em conta as inspeções anteriores, englobando as áreas de Conservatória e Registos, DPM, Pescas e Comando. Concomitantemente foram efetuadas inspeções na área específica da PM nos Comandos Locais e Postos Marítimos, correspondentes por Inspectores dessa Polícia.

Ainda neste âmbito, mas enquanto órgão auditado, foi iniciada em dezembro de 2014, uma auditoria à DGAM por parte da Inspeção-geral da Finanças, na área das finanças e da logística.

ATIVIDADES DA DGAM / CGPM					
Descrição da Atividade/ Ações	Indicadores de realização da Atividade	Contributo da Ação para o resultado	Meta	Taxa de Realização	Observações / Notas
<b>DGAM-D1</b>	Realização de cursos: n.º cursos nadador salvador	100	100	<b>129,00%</b> 129,00%	129 Cursos
<b>DGAM-D2</b>	Ações de manutenção: N.º ações em faróis/farolins	100	3.000	<b>93,67%</b> 93,67%	2.810 Ações
<b>DGAM-D3</b>	Assegurar adestramento do pessoal: Treinos e exercícios	100	1	<b>100,00%</b> 100,00%	1 Exercício
<b>DGAM-D4</b>	Vigilância, fiscalização e policiamento: N.º ações de vigilância e fiscalização;	100	100.000	<b>157,17%</b> 157,17%	157.169 Ações
<b>DGAM-D5</b>	Emissão de pareceres: N.º pareceres âmbito assinalamento marítimo	100	20	<b>100,00%</b> 100,00%	20 Pareceres
<b>DGAM-D6</b>	Atividade inspetiva: N.º ações a órgãos dependentes	50	7	<b>102,63%</b> 100,00%	7 Ações
	Unidade de Tesouraria: Saldo de créditos libertos	50	95%	105,26%	100% Saldo de créditos libertos

Quadro 7.5 – Atividades da DGAM/CGPM

### c) Atividade não programada

Em 2014 a DGAM/CGPM foi responsável, em conjunto com GNR-UCC pela organização do *Mediterranean Coast Guard Functions Forum 2014*, o qual se realizou em Vilamoura, no período de 01 a 03 de outubro de 2014, tendo contado com a presença de 62 participantes de 35 nações / organizações.

### d) Recursos

#### (1) Recursos humanos

Quadro do pessoal	Categoria	Lotação	Existência
<b>MILITAR</b> (inclui Comissão do Domínio Público Marítimo)	Oficiais	101	96
	Sargentos	63	65
	Praças	139	126
	<i>Sub-total</i>	<i>303</i>	<i>287</i>
<b>MILITARIZADOS</b>	Polícias Marítimos	513*	542
	Troço-de-mar	113	115
	Faroleiros	152	140
	<i>Sub-total</i>	<i>829</i>	<i>797</i>
<b>CIVIS</b>	Administrativos do MPCM	202	172
	MPISN (admin., S/V, operários)	162	82
	<i>Sub-total</i>	<i>364</i>	<i>254</i>
<b>Total</b>		<b>1496</b>	<b>1338</b>

\*Mais 51 agentes em situações estatutárias específicas

Quadro 7.6 – Recursos humanos da DGAM/CGPM

## (2) Recursos financeiros

	<b>Dotação disponível (% do total fontes financiamento)</b>	<b>Executado</b>	<b>Obs</b>
<b>Vencimentos Pessoal</b>	33.175.546 € (68,03%)	33.175.546 €	Orçamento de Estado (Marinha)
<b>Actividade Operacional da AM</b>	1.329.822 € (2,73%)	1.328.462 €	Encargos Gerais de Marinha
<b>Combustíveis (dotação em espécie)</b>	962.000 € (1,97%)	962.000 €	Direção de Abastecimento
<b>Lei Programação Militar (LPM)</b>	605.000 € (1,24%)	605.000 €	Orçamento de Estado / LPM
<b>INVESTIMENTO (Ex-PIDDAC)</b>	494.209 € (1,01%)	494.209 €	Orçamento de Estado / Marinha
<b>Encargos com saúde</b>	20.549 € (0,04%)	20.549 €	Hospital de Marinha
<b>DGAM (ODCCR+RGE)</b>	12.178.451 € (24,97%)	12.165.887 €	DGAM
<b>Total</b>	<b>48.765.577 €</b>	<b>48.751.653 €</b>	

Quadro 7.7 – Recursos financeiros da DGAM/CGPM

## (3) Recursos Materiais

<b>Atividade</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Salvamento Marítimo (ISN)</b>	Estações Salva-vidas	30
	Embarcações Salva-vidas (UAM)	15
	Embarcações semi-rígidas	60
	Botes pneumáticos tipo ZEBRO	14
	Motos de água	34
	Viaturas	36
<b>Assinalamento Marítimo</b>	Sistemas radioposicionamento DGPS	4
	Faróis (1)	53
	Farolins e bóias (2)	867
	Sinais sonoros (3)	33
	Embarcações de apoio balizagem	4
	Viaturas	16
<b>Policiamento Marítimo</b>	Residências associadas (4)	195
	Lanchas aladoras	10
	Botes	44
	Embarcações semi-rígidas	53
	Embarcações semi-rígidas EAV	22
	Embarcações semi-rígidas cabinadas	6
	Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)	14
	Motos de água	33
	Viaturas (todo o terreno tipo "O")	70
Viaturas Moto (4x4 tipo "W")	55	
<b>Apoio</b>	Botes	11
	Motos de água	4
	Embarcações Rígidas	3
	Embarcações semi-rígidas	3
	Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)	8
	Embarcações semi-rígidas cabinadas	3
<b>Combate à Poluição</b>	Embarcações de recolha portuária	2
	Meios de transporte, movimentação e armazenagem	23
<b>Infraestruturas</b>	Estações Salva-vidas	30
	Capitanias e Departamentos	33
	Postos de Fiscalização Marítimos	26
	Delegações Marítimas	17
	Bases Logísticas da DCPM	6

Notas:

(1) Continente 30, Açores 16, Madeira 7.

(2) Direcção de Faróis (DF) 106, Administrações Portuárias 528, Protocolos 233.

(3) DF 10, Administrações Portuárias 12, bóias com sinal sonoro 11

(4) Continente 145, Açores 38, Madeira 12

Quadro 7.8 – Recursos materiais da DGAM/CGPM

#### **d) Avaliação final**

Foram atingidos os objetivos definidos na documentação estratégica enquadradora da atividade da DGAM em vigor, materializados nas atividades previstas no Plano de Atividades de 2014 (PA 2014), considerando-se que os recursos disponíveis foram suficientes para assegurar o cumprimento das atividades, embora com impacto, face à necessidade de priorização de tarefas.

Os recursos financeiros disponibilizados à DGAM/CGPM em 2014 totalizaram 48.765.577 €, desagregados nas várias Fontes de Financiamento, conforme explanado no quadro 7.7.

A respeito dos recursos disponíveis, evidencia-se a necessidade de reforçar o quadro de pessoal da Polícia Marítima, adequando-o às missões que lhe estão atribuídas, preconizando-se o seu aumento para os 892 efetivos. Ainda ao nível dos recursos humanos, é também essencial o reforço dos atuais efetivos do quadro do pessoal civil do ISN, que se encontra muito deficitário para garantir a operacionalidade das Estações Salva-Vidas, sobre as quais recaem grandes responsabilidades no âmbito do salvamento marítimo e salvaguarda da vida humana no mar. No futuro, pretende-se reforçar a capacidade de Autoridade Marítima, de Combate à Poluição do Mar e de Assinalamento Marítimo, por via do treino e formação, aquisição de embarcações salva-vidas e de diversos meios náuticos e terrestres, passando pela aquisição de equipamento afeto ao programa de reapetrechamento da PM.

Em 2014 deu-se continuidade, nos termos do normativo vigente, ao acompanhamento e controlo de execução material e financeiro dos projetos financiados pela LPM e Investimento (Ex-PIDDAC), na aplicação EPM. Nestes termos, todos os projetos desenvolvidos pela DGAM em 2014 foram inseridos nesta ferramenta, encontrando-se concluídos.

Os planos integrados de aquisição, ao nível dos meios informáticos, de cópia e de impressão, de contratos de assistência técnica, bem como, as medidas de controlo de processos promovidas ao nível das deslocações em território nacional, do imobilizado, de comunicações e dos encargos das instalações, permitiram disponibilizar recursos financeiros para outras necessidades, que dificilmente seriam satisfeitas.